

Governo e PDS aprovam expurgo menor no INPC

Andrei Meireles de Almeida
repórter especial

O novo pacote econômico será anunciado nas próximas horas. As medidas foram praticamente definidas ontem em reunião do ministro Delfim Netto com os colégios de líderes do PDS e do PTB. Após o encontro, o senador Carlos Chiarelli e os vice-líderes petebistas Gastone Righy e Ricardo Ribeiro anunciaram a aplicação de redutores diferenciados sobre as correções monetária e cambial e o INPC.

As correções monetária e cambial serão "expurgadas" imediatamente. O INPC, de acordo com o depoimento dos políticos, terá um redutor menor, a ser implantado gradualmente e somente após serem produzidos os efeitos das medidas sobre os demais índices. Gastone Righy diz que isso ocorrerá daqui a 60 dias.

Cerca de 200 produtos industrializados permanecerão sob o controle da Comissão Interministerial de Preços (CIP), com uma diferença — terão reajustes menores. O teto dos reajustes passará de 90 para 80 por cento das OR-TNs.

Em relação às empresas estatais, Delfim anunciou duas medidas. A primeira é a redução em 5 por cento do seu custeio no segundo semestre e mais 5 por cento no primeiro semestre de 84. Para isso, não serão afetados os direitos e vantagens adquiridos pelos empregados, mas haverá um novo quadro funcional sem estes benefícios para os que forem contratados a partir de agora. Haverá cortes também em regalias não consideradas como salariais.

Na reunião, Delfim informou que o governo não cortará os investimentos contratados, mas evitará fazer novos. Isso, segundo o deputado Nelson Marchezan, significará um corte de 24 por cen-

to nos investimentos das cerca de 500 empresas estatais.

VERSOES

Talvez pela pouca familiaridade com economia, os políticos deixaram a reunião com interpretações distintas das medidas a serem tomadas pelo governo. O senador Carlos Alberto (PDS-RN), por exemplo, informou que será aplicado um redutor de sete por cento sobre o INPC e de oito por cento sobre as correções monetária e cambial e o Índice Geral de Preços.

Marchezan explicou que o INPC deverá ser reduzido em duas etapas, e os demais índices em apenas uma. Ele evitou detalhar as medidas, preferindo comentá-las do ponto de vista político, considerando o resultado uma vitória do PDS e do PTB.

O senador Carlos Chiarelli, coordenador trabalhista do PDS, e um dos principais debatedores com Delfim, disse que o expurgo ou redutor (os políticos têm feito uma confusão entre as duas fórmulas — o primeiro quer dizer a retirada do reflexo do aumento de alguns produtos sobre os índices, enquanto o segundo é uma redução tecnicamente arbitrária dos índices) será aplicado de acordo com quatro premissas políticas. São elas: 1) será generalizado (a proposta inicial de Delfim era de reduzir apenas o INPC); 2) sua aplicação sobre o INPC será posterior à redução dos demais índices (os tecnocratas defendiam uma ação simultânea); 3) — A implantação da redução do INPC será gradual, provavelmente em duas etapas (nova conquista dos políticos); e 4) — A redução do INPC será menor do que a nos demais índices.

Os políticos do PTB que participaram da reunião — deputados Ivete Vargas, *Gastone Righy, Ricardo Ribeiro e Celso Peçanha — confirmaram a versão de Chiarelli.

A REUNIAO

Realizada no gabinete de Delfim no Palácio do Planalto, a reunião durou mais de duas horas, sendo travados acirrados debates entre o ministro do Planejamento de um lado, o senador Chiarelli e os deputados Nelson Marchezan, Ivete Vargas e Gastone Righy de outro. Os políticos questionaram a fixação de Delfim de tentar combater a inflação às custas principalmente dos trabalhadores.

A consequência desses debates foi a aceitação de propostas dos políticos para amenizar os efeitos do pacote sobre os salários. O debate, contudo, não se limitou às medidas. Delfim fez uma exposição da crise, atribuindo uma ponderável parcela de culpa pelo atual estágio de coisas ao governo Geisel.

Segundo Delfim, com a crise do petróleo em 73, o governo deveria ter adotado medidas para reduzir o consumo de petróleo, diminuir seus investimentos, definir uma política consequente de substituição de combustíveis e ser mais rigoroso no controle das importações. Foi feito o contrário: o consumo aumentou, foram feitos vultosos investimentos, como Itaipu e Tucuruí, adotando uma política de endividamento externo baseada na disponibilidade de recursos e nas baixas taxas de juros do mercado internacional.

Delfim negou na reunião que esteja havendo divergência entre o Brasil e o FMI e previu um novo acordo sem maiores problemas. Ele justificou a volta aos Estados Unidos dos três principais negociadores do Fundo como decorrência do trabalho que está sendo no momento efetuado — coleta de dados —, da competência de funcionários menos graduados do FMI.

Carlos Chiarelli e os vice-líderes petebistas Gastone Righy e Ricardo Ribeiro anunciaram a aplicação